

IGREJA CATÓLICA, DITADURA E MEMÓRIA NO BRASIL

CATHOLIC CHURCH, DICTADORSHIP AND MEMORY IN BRAZIL

BÁRBARA GEROMEL*

Resumo: Durante a ditadura militar no Brasil, a Igreja Católica, sobretudo através do episcopado, assumiu posicionamentos diversos em sua relação com o governo dos generais e, conseqüentemente, sobre questões caras ao período, como a violência política e as graves violações aos direitos humanos cometidas por ele. Trata-se de posicionamentos que atravessam os extremos da chancela e da denúncia ao regime. Apesar disso, é a memória de uma Igreja militante e progressista a que se convencionou lembrar e enaltecer. Contudo, à luz de novas questões e pesquisas, a complexidade da instituição eclesial brasileira tem sido exposta a fim de compreendermos melhor o papel por ela desempenhado e o contexto em si. Um dos objetivos do presente trabalho é trazer alguns elementos que nos permitam pensar a construção memorialística da Igreja Católica, principalmente após a retomada da democracia no país.

Palavras-chave: Ditadura; Igreja Católica; Memória.

Abstract: During the military dictatorship in Brazil, the Catholic Church, especially through the episcopate, assumed different positions in its relationship with the generals' government and, consequently, on issues such as political violence and the serious human rights violations committed by it. These are positions that cross the extremes of the seal and the denunciation to the regime. Nevertheless, it is the memory of a militant and progressive Church that has been convinced to remember and praise. However, in the light of new matters and research, the complexity of the Brazilian ecclesiastical institution has been exposed to better understand the role it plays and the context itself. One of the objectives of these work is to bring some elements that allow us to think about the memorialistic construction of the Catholic Church, especially after the resumption of democracy in the country.

Keywords: Dictatorship; Catholic Church; Memory

* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). E-mail: gc_barbara@hotmail.com.

Introdução

A história da Igreja Católica brasileira é marcada pelas oscilações de ideias e comportamentos que se refletiram tanto em aspectos religiosos e voltados à prática pastoral, quanto no que diz respeito às questões sociopolíticas do país e ao seu relacionamento com o poder temporal na figura do Estado.

Para compreendê-la, faz-se necessário ter em mente a heterogeneidade do corpo eclesial que a conforma, desde as bases até os bispos, representantes da alta hierarquia eclesiástica. Tal heterogeneidade, manifestada no pensar e no agir de um clero dividido por suas afinidades teológicas, pastorais, políticas e institucionais, extrapola em muito o entendimento trazido por apenas duas categorias, cuja oposição separa progressistas e conservadores. Categorias essas que são muitas vezes utilizadas no intuito de abarcar as dessemelhanças existentes no todo, mas que acabam por inviabilizar análises qualitativas. Ao contrário do que supõe essa dualidade, incontáveis nuances de pensamentos e atitudes interagem entre si, constituindo o elemento de ligação entre os extremos anunciados. Um elo que se distende, mas não rompe, e de onde extraímos a complexidade que caracteriza a Igreja Católica enquanto instituição.²

Durante a ditadura militar no Brasil, essa complexidade tornou-se ainda mais latente, o que pode ser explicado pelo próprio momento em que se vivia, onde as mudanças políticas mergulhavam o país em um mar de incertezas e, junto a essas, algumas esperanças submergiavam para que amplos setores pudessem se agarrar, avalizando a nova ordem. Assim, a Igreja Católica assumiu posicionamentos diversos e por vezes contraditórios com relação ao governo dos generais. Se, inicialmente, apoiou o golpe, sobretudo através da sua Conferência Episcopal – que emitiu um documento oficializando tal posição –, tornar-se-ia, anos mais tarde, a mais importante denunciante das arbitrariedades cometidas e defensora dos direitos humanos.

O papel militante e resistente assumido pela Igreja Católica, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, ofuscou o viés colaborativo que permeou sua relação com a ditadura nos primeiros anos. O enaltecimento da postura combativa e crítica de alguns bispos e de seu legado de luta contra a violência e a opressão dos mais vulneráveis se condensaram na construção de uma memória oficial sobre o período e sobre a própria instituição eclesiástica. Nesta, a Igreja

² Tais reflexões derivam do conceito de “modelos de igreja” desenvolvido por Scott Mainwaring, segundo o qual a Igreja Católica enfrenta as tensões e disputas dos diversos grupos que a compõem, supondo, assim, que, apesar de sua unidade institucional, ela se encontra fragmentada internamente. Cf. MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 17-21.

aparece como baluarte da oposição ao regime militar e um dos poucos espaços de denúncia da situação vivida em um país marcado pela repressão e o conseqüente silenciamento da sociedade: a Igreja tornou-se, assim, “a voz dos que não têm voz”.³

Refletida na produção historiográfica de então, essa memória silencia as ações e os discursos do clero que legitimaram a nova ordem, reunindo em um bloco monolítico, caracterizado pelo progressismo, dissonâncias e divergências que atravessaram os 21 anos em que os militares estiveram à frente da nação – isso apenas para citar o período sobre o qual nos debruçamos, já que, antes dele e ainda hoje, a diversidade é um traço inquestionável da instituição. Nas últimas décadas, contudo, novas pesquisas e análises têm recuperado atos e personagens que trincam a estrutura ora apresentada, além de destravarem memórias que contribuem para uma melhor compreensão da própria Igreja Católica e do papel por ela desempenhado durante a ditadura militar brasileira, principalmente ao demonstrar que este não foi homogêneo e estático. Aliás, mesmo os posicionamentos individuais variaram ao longo desse período. Tais ideias e constatações orientam o presente trabalho.

Com o objetivo de compreender o papel desempenhado pela Igreja Católica durante a ditadura e elucidar as operações de memória que a envolvem, este artigo se dividirá em duas partes principais. Primeiramente, faremos um breve histórico das relações entre a Igreja Católica e o regime militar através da literatura já existente sobre o tema. Em um segundo momento, discutiremos a construção das memórias sobre o período à luz dos problemas que elas nos apresentam atualmente.

Igreja Católica e ditadura militar no Brasil

Conforme colocado anteriormente, a análise que se segue centra-se no papel desempenhado pela Igreja Católica durante a ditadura militar, considerando, contudo, a ação do alto clero brasileiro na figura de seus bispos. Com isso, não se sugere a redução do corpo religioso ou da Igreja como um todo à ação episcopal. Pelo contrário, exaltamos aqui os trabalhos desenvolvidos por padres, freiras, grupos leigos e militantes católicos durante todo o período, reconhecendo-os como importantes atores na luta por seus ideais sociais e políticos, e vítimas, em muitos casos, da truculência de um Estado que não distinguiu entre o credo, a raça, o sexo e a idade daqueles que atingiu com a repressão. O recorte estabelecido justifica-se, então, pelo entendimento de que foi a conduta oficializada pelo episcopado, justamente por ser a maior autoridade eclesiástica em nível local, aquela que caracterizou a relação da Igreja com o

³ *Ibidem*, p. 126.

governo dos generais e, de forma geral, com a ditadura. Nesse sentido, é válido reforçar a importância da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) como a entidade oficializadora dessa conduta e como campo privilegiado de ação, sobretudo através das declarações e dos documentos que emitiu enquanto “porta-voz” da hierarquia católica.

A CNBB foi criada em 1952. Um dos grandes responsáveis por sua concretização foi dom Hélder Câmara, então bispo auxiliar do Rio de Janeiro. De acordo com Renato Cancian, a Conferência “foi fruto da conscientização do episcopado nacional de que o vasto território do Brasil demandava uma organicidade das ações de missão evangelizadora e atividades pastorais”.⁴ Lembremos que, desde meados do século passado, e, principalmente, com o fim da Segunda Guerra Mundial, o catolicismo passou por um processo de renovação nas bases, perceptível não apenas na especialização dos agentes de pastorais formados pela Ação Católica⁵, mas pela consciência e inconformidade neles geradas pelas desigualdades sociais e pela dependência econômica que atingiam o país e grande parte de sua população subjugada à pobreza. O desejo por mudanças impeliu-os a agir no confronto com os problemas sociais e em prol da dignidade humana e da justiça social.⁶ Esse cenário impôs a reorganização institucional da Igreja, que passou a preconizar a unidade do seu episcopado e com ela “a unidade de orientação e a necessária atualização pastoral”, conforme estabelecido no estatuto da nova Conferência.⁷

Contudo, a pretendida unidade episcopal, apesar de viabilizada e materializada na CNBB, não foi suficiente para suprimir sua fragmentação interna e, conseqüentemente, a eclosão de discursos dissonantes e opiniões conflitantes entre si. Não raro, as reuniões episcopais eram marcadas pela disputa entre grupos variados e a busca pela imposição de suas respectivas propostas – realidade que será explicitada com a deflagração do golpe em 1964 e a necessidade de posicionamento da Igreja Católica brasileira.

⁴ CANCIAN, Renato. Conflito Igreja-Estado no período da ditadura militar: revisitando aspectos teóricos das abordagens institucionais. **REVISTA ANGELUS NOVUS**, v. 11, p. 99-120, 2016, p. 107.

⁵ A Ação Católica Brasileira foi criada pelo arcebispo do Rio de Janeiro, dom Sebastião Leme, em 1935. Trata-se de um movimento leigo, desenvolvido no âmbito da Igreja Católica e responsável pela formação de agentes de pastoral. Inicialmente vinculada à promoção do cristianismo na sociedade brasileira, os quadros da ACB se especializaram e se dividiram em grupos como: a Juventude Operária Católica (JOC), a Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Independente Católica (JIC), a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Universitária Católica (JUC) – que deu origem à Ação Popular (AP), grupo revolucionário que participou da luta armada.

⁶ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960- 1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007. p. 101-102.

⁷ Artigo 1º dos Estatutos da CNBB, em CNBB, Plano Pastoral de Conjunto, Rio de Janeiro, Livraria Dom Bosco, 1966, p. 19 *apud* ALVES, Márcio Moreira. **A igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979. p. 66-67.

Apesar disso, fato é que, ao final de cada encontro, a declaração elaborada pela CNBB deveria soar unívoca e representativa da coletividade reunida, ou melhor, da instituição em si. E a instituição, propriamente dita, refletia, em grande medida, as concepções e os ideais daqueles que lograram impor seus projetos. Não por acaso, as mudanças pelas quais a Conferência passou, sobretudo em sua direção e comando, são fundamentais para a compreensão dos posicionamentos por ela assumidos.

Identificamos dois momentos centrais e distintos na relação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro. O primeiro, instituído com a deflagração do golpe em 31 de março de 1964, expõe a chancela e a legitimação pela Igreja Católica da nova ordem estabelecida após a deposição do presidente João Goulart. O segundo momento, identificado a partir dos anos 1968 e 1969 em diante, representa a guinada da Igreja em prol dos direitos humanos, sendo marcado pela denúncia e pela condenação das práticas subumanas empreendidas pela ditadura, como as prisões arbitrárias, a tortura, as execuções e os desaparecimentos.

O mês de março de 1964 trouxe consigo eventos importantes que marcaram a história do país e revelam o clima de exaltação política que se vivia. No dia 13, o Comício da Central, no Rio de Janeiro, animou as camadas populares que clamavam pelas reformas de base anunciadas por Goulart. Menos de uma semana depois, ocorreu em São Paulo a primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade, uma reação das alas conservadoras da sociedade que percorreram as ruas da capital paulistana. Em suas fileiras, políticos de direita, empresários, grupos de mulheres, padres e simpatizantes do ato somavam, aproximadamente, 500 mil pessoas.⁸

A instabilidade e a polarização políticas preocupavam setores da Igreja. O alarde sobre a ameaça comunista, proclamada através dos meios de comunicação, e o caos social considerado iminente contribuíram para a aproximação da instituição com a oposição direita e conservadora. Sendo o golpe bem-sucedido, a CNBB deu seu apoio à intervenção militar e sancionou o novo regime através de um documento elaborado pelo episcopado e publicado no dia 3 de junho de 1964. O texto explicita o temor pelo “avanço do comunismo” e deixa claro o seu posicionamento favorável à presença dos militares no governo da nação:

Atendendo à geral e angustiosa expectativa do Povo Brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do Poder, as Forças Armadas acudiram em tempo, e evitaram se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra. [...] Logo após o movimento vitorioso da

⁸ REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 41. Sobre as marchas, Cf. PRESOT, Aline Alves. **As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 64**. 151 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

Revolução, verificou-se uma sensação de alívio e de esperança, sobretudo porque, em face do clima de insegurança e quase desespero em que se encontrava as diferentes classes ou grupos sociais, a Proteção Divina se fez sentir de maneira sensível e insofismável. De uma à outra extremidade da Pátria transborda dos corações o mesmo sentimento de gratidão a Deus, pelo êxito incruento de uma revolução armada. Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhares de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos Militares que se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação.⁹

Ao mesmo tempo, a declaração demonstrava consternação ante os ataques impostos pelas forças repressivas do governo, principalmente quando dirigidas ao clero e aos círculos católicos, como outros trechos do documento nos permitem saber:

[...] não podemos concordar com as atitudes de certos elementos, que têm promovido mesquinhas hostilidades à Igreja, na pessoa de bispos, sacerdotes, militantes leigos e fiéis. [...] não aceitamos nem jamais poderemos aceitar a acusação injuriosa, generalizada ou gratuita, velada ou explícita, de que os Bispos, Sacerdotes ou fiéis ou organizações, como, por exemplo, a Ação Católica e o Movimento de Educação de Base (MEB), sejam comunistas ou comunizantes.¹⁰

O texto traz, ainda, um apelo sobre a legalidade dos processos desencadeados contra aqueles considerados “culpados” em detrimento do arbítrio e da violência no cumprimento dos objetivos da “Revolução”, e reafirma o compromisso da Igreja com os mais pobres e contra as injustiças:

Não há dúvidas que a ação militar deve consolidar a vitória, mediante o expurgo das causas da desordem. Entretanto, o critério da correção, os métodos a serem empregados na busca e no trato dos culpados, as medidas saneadoras e as penalidades não são atribuições da força, como tal, mas, de valores, sem os quais a força não passaria de arbitrariedade, de violência, de tirania. Que os acusados tenham o sagrado direito de defesa e não se transformem em objeto de ódio ou de vindita.¹¹

Hoje, como sempre, as autoridades federais, estaduais e municipais dos três Poderes da República encontrarão, de nossa parte, as melhores disposições, no sentido de prestigiar, acatar e facilitar a ação governamental. Não nos curvaremos, porém, às injunções da política partidária, nem às pressões de grupos de qualquer natureza, que pretendam, por acaso, silenciar à nossa voz em favor do pobre e das vítimas da perseguição e da injustiça.¹²

A escrita da declaração publicada pela CNBB não ocorreu sem disputas entre os grupos que compunham o episcopado brasileiro, conforme nos indicam Helena Salem e Kenneth P. Serbin. De acordo com Salem, a Comissão Central da CNBB, responsável pela elaboração do

⁹ O documento episcopal foi transcrito por Edmar Morel. MOREL, Edmar. **O golpe começou em Washington**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965. p. 244-245.

¹⁰ *Ibidem*, p. 245-246.

¹¹ *Ibidem*, p. 245.

¹² *Ibidem*, p. 246-247.

documento, estava “irremediavelmente rachada”, e o texto final é fruto da junção de outros dois escritos: o primeiro, exaltando a ação das Forças Armadas e agradecendo-a por afastar a ameaça comunista, é atribuído a dom Geraldo Sigaud, arcebispo de Diamantina, e o segundo, abordando as “hostilidades” contra a Igreja e defendendo o direito de defesa dos acusados e a autonomia da instituição, é conferido a dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife.¹³ Serbin, brasilianista que se dedicou à pesquisa e análise do episcopado brasileiro e sua relação com os generais durante a ditadura militar, descobriu na Biblioteca do Instituto Nacional de Pastoral um rascunho, elaborado pela ala “progressista”, do texto divulgado pela CNBB naquele 3 de junho de 1964. A versão, nunca publicada literalmente, teve, conforme visto, muitos dos seus pontos incorporados ao texto oficial.¹⁴ Em suas considerações sobre o teor do rascunho, Serbin diz:

Os progressistas estavam claramente preparados para descartar a concordata moral. Se tivesse sido publicado, esse documento teria tido um impacto maior ainda do que as declarações episcopais dos anos 70, que criticaram duramente o regime mas não pediam a ruptura com o Estado.¹⁵

Em outubro de 1964, ocorreram eleições para o secretariado-geral e a presidência da CNBB. Secretário-geral da entidade desde a sua criação, dom Hélder Câmara deixou o cargo após 12 anos. Envolvido diretamente com o trabalho por ela desempenhado nesse período, dom Hélder foi o responsável por emprestar muito de si e de suas crenças à Conferência, que adotou sua compreensão progressista da fé e sua preocupação com a justiça social no desenvolvimento das orientações pastorais promulgadas.

Dom José Gonçalves assumiu seu posto, e a presidência coube ao então arcebispo de São Paulo, dom Agnelo Rossi, ambos considerados conservadores. Daquele momento em diante, a CNBB adquiriu uma nova feição inspirada em seus novos dirigentes, voltando-se aos assuntos internos da Conferência e minimizando questões de primeira ordem, como a situação política do país e a ação social. Nas palavras de Scott Mainwaring:

Nem mesmo o Vaticano II, o surgimento de uma teologia mais especificamente latino-americana e uma grande variedade de inovações pastorais nas bases foram suficientes para fazer com que a CNBB se esforçasse para promover a justiça social. Em contraste com os anos pré-golpe, a CNBB nada tinha a dizer sobre as condições sociais. Os documentos

¹³ Acreditamos que Helena Salem, ao atribuir os textos a dom Sigaud e dom Hélder, na verdade se referisse aos grupos que eles lideravam – a exemplo do que nos mostra Serbin –, sobretudo tendo em vista que se trata de duas personalidades influentes no episcopado, representativas de visões opostas, e que a elaboração do documento contou com a participação de outros bispos. Cf. SALEM, Helena. **A Igreja dos oprimidos**. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1981. p. 26-27.

¹⁴ Partes do texto por ele descoberto podem ser conferidas também em seu livro. Cf. SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 102-103.

¹⁵ *Ibidem*, p. 103.

episcopais limitavam-se a formulações teóricas abstratas que não faziam nem mesmo referência aos eventos da época, quanto menos prescrever mudanças. Embora os documentos criticassem “o capitalismo injusto e opressor”, os bispos nada diziam sobre o governo militar, sobre a repressão ou sobre o modelo econômico. [...] Mesmo após Medellín¹⁶, onde os leigos e bispos progressistas do Brasil desempenharam um papel essencial, a CNBB continuou emitindo documentos conservadores. No papel apoiava a mudança social, mas evitava fazer críticas à repressão ou à política econômica.¹⁷

A postura adotada pela CNBB naqueles anos e, principalmente, seu silenciamento ante temas como as violações aos direitos humanos, já conhecidas, convergiam com os interesses da ditadura militar. Ao fechar seus olhos e se omitir quanto ao que ocorria no país, a hierarquia eclesial, através da Conferência Episcopal brasileira, revelava sua face colaboracionista com o governo dos generais.

Mas como as relações no meio eclesial são marcadas pela sua complexidade, vozes isoladas sentiam-se no dever de se posicionar. Se havia esperanças ante o novo regime, muitas delas se desvaneceram em função da truculência de suas ações, que não tardaram a ocorrer, e do modelo econômico adotado, que fomentava desigualdades sociais, empurrando parte da população para além da pobreza, principalmente onde esta já impunha sua face mais dura. Sem o devido respaldo da Conferência Nacional, muitas dioceses se articularam através das Conferências regionais para denunciar a situação vivida nos rincões do Brasil, sobretudo no Norte e no Nordeste, bastante afetados pela repressão mesmo antes de deflagrado o golpe e pelos projetos econômicos que expulsavam os camponeses de suas terras em processos que não raro culminavam em confrontos violentos envolvendo, de um lado, os camponeses (posseiros) e os grupos indígenas locais, e de outro, os grandes latifundiários e empresários que ambicionavam explorar a terra a ser evacuada. Nomes importantes do episcopado brasileiro que agiram nessas regiões foram dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife desde 1964, dom José Maritano, bispo em Macapá (AP), dom Estêvão Cardoso Avelar, de Marabá (PA), e dom Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia (MT).¹⁸

¹⁶ “Medellín” é uma referência simples ao II Conselho Episcopal Latino-americano (Celam), sediado na cidade colombiana de Medellín em 1968, e que tinha por objetivo interpretar as diretivas estabelecidas pelo Conselho Vaticano II, adaptando-as à realidade latino-americana.

¹⁷ MAINWARING, Scott, *op. cit.*, p. 104-105.

¹⁸ Dom Pedro Casaldáliga, missionário espanhol, chegou à região do Araguaia em 1968, sendo sagrado bispo em 1971. Contudo, desde o início de sua missão na prelazia de São Felix do Araguaia, colocou-se ao lado dos posseiros e dos grupos indígenas ali estabelecidos, posicionando-se firmemente na luta pela promoção humana e pela justiça social, e denunciando a ação truculenta de fazendeiros e empresários que promoviam a ocupação de terras indígenas e a expulsão de famílias de pequenos lavradores de suas casas e roças. Com isso, dom Pedro contrariava o projeto de desenvolvimento ambicionado pelos militares para o centro-oeste e a Amazônia, angariando a antipatia do governo e do poder local. Como consequência, uma intensa repressão tomou conta da região, incidindo sobre a população mais pobre e marginalizada, sobre os missionários – padres e religiosos – e sobre o bispo. Contabilizam-se na região do Araguaia inúmeros casos de prisões, torturas e assassinatos de indígenas, posseiros

A guinada em prol dos direitos humanos por parte da Igreja Católica e sua mudança de comportamento em relação à ditadura começariam a se delinear, em grande medida, a partir de 1968, com a reconfiguração da CNBB e o aumento da perseguição política e da violência, coroadas pela decretação do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro do mesmo ano. O AI-5 revelou a crueldade do governo militar ao determinar o fechamento do Congresso, promovendo, assim, o desmantelamento político, e ao cercear liberdades individuais e suspender direitos políticos e civis, favorecendo a desarticulação da oposição existente até então. O regime se fechava e endurecia através de uma repressão que se especializava com a criação de novos órgãos: a Operação Bandeirantes (OBAN), em São Paulo, criada a partir de julho de 1969, e dela derivados o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e o Destacamento de Operações de Informações (DOI), criados em janeiro do ano seguinte.¹⁹ Segundo Márcio Moreira Alves, tratava-se da “estruturação definitiva do Estado terrorista no Brasil”.²⁰ O direcionamento da repressão do Estado aos grupos de leigos, aos membros do clero e à própria hierarquia eclesiástica deve ser levado em conta para que possamos compreender o movimento que a Igreja Católica fez nesse momento.

No período que se estende até o fim da década de 1960, a militância contínua dos círculos católicos e os posicionamentos isolados, porém enfáticos, de alguns bispos não passaram despercebidos aos olhos do regime e do seu aparato repressivo. Vítimas das arbitrariedades e da truculência da ditadura, uma espiral de violência parecia envolver os membros da Igreja.²¹ A perseguição e a repressão crescentes direcionadas aos seus pares provocou reação em parte da hierarquia eclesiástica como nos indica Scott Mainwaring:

e clérigos. Sobre os conflitos pela posse da terra que atravessaram a região e a atuação de dom Pedro neste contexto, Cf. MARTINS, Edilson. **Nós, do Araguaia**: Dom Pedro Casaldáliga, o bispo da teimosia e liberdade. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

¹⁹ Sobre a OBAN, o CODI e o DOI, Cf. QUADRAT, Samantha Viz. **A repressão sem fronteiras**: perseguição e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul. 2005. 223 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói. p. 43-49.

²⁰ ALVES, Márcio Moreira, *op. cit.*, p. 188.

²¹ Dois casos, entre tantos outros, tornaram-se emblemáticos da violência dirigida aos grupos religiosos. O primeiro deles é o do padre Antônio Henrique Pereira, coordenador da Pastoral da Arquidiocese de Olinda e Recife, que foi torturado e assassinado no dia 26 de março de 1969 por um grupo paramilitar, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Segundo consta, esse foi o primeiro caso de um clérigo assassinado no Brasil. Cf. COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS; INSTITUTO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DO ESTADO; GRUPO TORTURA NUNCA MAIS (RJ e PE). **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995. 444 p. O segundo caso diz respeito à prisão em São Paulo, em novembro daquele ano, de um grupo de frades dominicanos acusados de envolvimento com a Ação Libertadora Nacional (ALN). Entre os presos estava Tito de Alencar Lima, o frei Tito, para quem o episódio teve um desfecho cruel. Após um longo período de prisão, sendo submetido a constantes sessões de tortura nos presídios por onde passou, tentou o suicídio no DOI-CODI de São Paulo. Após deixar o centro de detenção, partiu para o exílio em 1971, banido com um grupo de presos liberados em troca do embaixador alemão sequestrado. Apesar da aparente liberdade, frei Tito enfrentava sua prisão interna, sofrendo com graves transtornos

Enquanto a repressão efetivamente silenciou as outras instituições e movimentos, no caso da Igreja ela provocou uma mudança dentro da instituição. Incontáveis atos de repressão contra a Igreja levaram a fortes defesas de sua própria autonomia e integridade institucional; até mesmo os bispos conservadores perceberam as tentativas de neutralizar o clero progressista como uma intrusão ilegítima. Os bispos conservadores podem ter discordado do tipo de trabalho pastoral que conduziu aos problemas com o Estado, mas resistiam à interferência no trabalho da Igreja. Então, ironicamente, as tentativas para silenciar os progressistas na verdade fortaleceram a sua posição. Especialmente após 1968, a Igreja mostrou-se mais crítica em relação ao capitalismo e mais pessimista em relação à realização da mudança social através do capitalismo.²²

Contudo, não apenas a violência contra leigos, religiosos e prelados influenciou na mudança operada dentro da instituição. A generalização da perseguição política e a transformação da tortura em política de Estado, além do fato de muitos de seus membros terem sido pessoalmente afetados pela repressão, foram determinantes para o reposicionamento de alguns bispos com relação ao regime militar.

As reflexões de dom Hélder Câmara e dom Paulo Evaristo Arns, dois dos mais importantes representantes da luta por justiça social e pelos direitos humanos durante a ditadura, nos fornecem indícios para pensar a transição entre o apoio e a denúncia ao regime e às atrocidades por ele cometidas. Questionado sobre a adesão massiva dos bispos brasileiros ao golpe de 1964, dom Hélder respondeu:

A publicidade, no Brasil e no estrangeiro, sobretudo nos Estados Unidos, apresentava a situação do país como se realmente estivéssemos a um palmo da cubanização. [...] É fácil entender que boa parte dos brasileiros tenha visto no movimento de 1964 uma salvação do comunismo. O fato é que, rapidamente, as ilusões cessaram. E, a cada dia, contamos com a colaboração magnífica da realidade do país. Basta honestidade e a realidade transforma o mais conservador em pessoa alerta contra as injustiças desumanas.²³

Dom Hélder Câmara foi um importante denunciante das violações dos direitos humanos cometidas pela ditadura, nacionalmente e, principalmente, no exterior, já que a repressão e a censura, exercidas de diversas formas, limitaram sua ação em nível nacional. Com boa escuta fora do país, dom Hélder também foi responsável por expor ao mundo os problemas sociais e econômicos do “terceiro mundo”.

Já dom Paulo, que apoiou o golpe, esclarece:

Todos temiam o processo de deterioração, embora soubessem de muitos planos em relação ao campo e ao mundo do trabalho [provavelmente, em

psicológicos decorrentes das sevícias sofridas. Frei Tito suicidou-se em 23 de fevereiro de 1974, na França. *Ibidem*, p. 198-199.

²² MAINWARING, Scott, *op. cit.*, p. 121-122.

²³ Entrevista realizada com dom Hélder Câmara, entre abril e setembro de 1980, por Helena Salem. SALEM, Helena, *op. cit.*, p. 109.

referência às reformas de base anunciadas por João Goulart], que em circunstâncias normais, seriam extremamente benéficos. No primeiro momento, achamos que o golpe seria uma possibilidade de correção da História, sem imposições autoritárias. As cassações e os atos nos tiraram a esperança. [...] nós fomos tomados de surpresa pela repressão, que recorreu aos métodos de tortura, coisa que nos parecia de início impensável em nosso meio. Daí a soma de alguns conflitos.²⁴

Contudo, refutando a ideia de uma “transformação” em seu posicionamento, responsável pela posterior resistência ao regime, acrescenta: “Tanto a repressão quanto a situação nas periferias determinaram as nossas posições e a atividade da Igreja.”²⁵

Com dom Paulo, a Igreja paulistana assumiu a liderança na luta pelos direitos humanos. Palavras, atos e iniciativas do cardeal-arcebispo dão prova disso. No dia 2 de novembro de 1970, dia seguinte ao início oficial do seu mandato como arcebispo, dom Paulo foi ao presídio onde se encontravam os frades dominicanos, presos um ano antes – uma prática que se tornou recorrente em seu apostolado.²⁶ Sua preocupação constante com a questão da violência e das arbitrariedades cometidas pela ditadura impulsionaram-no a criar a seção paulista da Comissão Justiça e Paz em 1972.²⁷ A CJP-SP era formada por advogados e outros convidados²⁸, e surgiu com o objetivo de apurar as denúncias de prisões e torturas, e prestar assistência jurídica às vítimas do regime e aos seus familiares. A luta de dom Paulo pelos direitos humanos, além da opção pela denúncia pública de suas violações, materializou-se no Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul (CLAMOR)²⁹ e no projeto “Brasil: nunca mais”.

²⁴ Entrevista realizada com dom Paulo Evaristo Arns, entre abril e setembro de 1980, por Helena Salem. SALEM, Helena, *op. cit.*, p. 150.

²⁵ *Ibidem*, p. 151.

²⁶ BETTO, Frei. **Das Catacumbas**. Prefácio de dom Paulo Evaristo Arns. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 96 *apud* FESTER, Antonio Carlos Ribeiro. **Justiça e Paz**: memórias da Comissão de São Paulo. São Paulo: Loyola, 2005. p. 25.

²⁷ Sobre a CJP-SP, Cf. FESTER, Antonio Carlos, *op. cit.*

²⁸ Alguns de seus integrantes foram: Fábio Konder Comparato, Dalmo Dallari, Mário de Passos Simas, José Carlos Dias, Luiz Antônio Alves Soares, Waldemar Rossi e Margarida Bulhões Pedreira Genevois.

²⁹ O CLAMOR foi criado com o objetivo de atender aos refugiados das ditaduras do Cone Sul que chegavam a São Paulo. Muitos deles procuravam, justamente, a Arquidiocese. Seus fundadores são a jornalista inglesa Jan Rocha, o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh e o pastor presbiteriano Jaime Whright. Além da assistência e proteção aos refugiados, o CLAMOR editava boletins informativos sobre a situação política no Cone Sul, a partir das denúncias colhidas entre eles. Durante todo o tempo em que esteve ativo (1978-1991), o Comitê pôde contar com a proteção física – já que se encontrava instalado em uma pequena sala na Cúria Metropolitana de São Paulo – e institucional da Igreja Católica na pessoa de dom Paulo Evaristo Arns. Sobre o CLAMOR, Cf. LIMA, Samarone. **Clamor**: a vitória de uma conspiração brasileira. Objetiva: Rio de Janeiro, 2003.; ROCHA, Jan. **Solidariedade não tem fronteiras**: a história do grupo Clamor, que acolheu refugiados das ditaduras sul-americanas e denunciou os crimes do Plano Condor. São Paulo: Outras Expressões, 2018.; ANDRADE, Ana Célia Navarro de. **Inventário do fundo Clamor**. Organização e descrição do Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul. 2000. Dissertação (Mestrado em História). FFLCH/USP, São Paulo.; e FRAGA, Guilherme Barboza de. **Clamores contra as ditaduras do Cone Sul**: o grupo Clamor e a solidariedade em defesa dos perseguidos políticos e seus familiares. 2020. 227 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

O BNM, uma iniciativa da sociedade civil, viabilizada pela Arquidiocese de São Paulo e pelo Conselho Mundial de Igreja, foi responsável pela recuperação de centenas de processos instaurados contra presos políticos durante a ditadura militar brasileira e arquivados no Superior Tribunal Militar. Seu objetivo era evitar a perda dessa documentação com o fim iminente do regime, preservando a história e a memória dos anos de exceção vividos entre 1964 e 1985, ano em que o material compilado foi publicado no livro “Brasil: nunca mais”.

Dom Waldyr Calheiros, bispo de Volta Redonda, que enfrentou a repressão já em 1967³⁰, comenta a seu respeito e sobre a sua opção pela denúncia como estratégia na luta pelos direitos humanos:

Todo esse sistema repressivo, com a Lei de Segurança Nacional, caiu fortemente em cima dos operários daqui. Qualquer coisa era motivo de suspeita, eram presos, machucados, torturados. Nestas ocasiões as famílias não tinham a quem recorrer. Todos iam “reclamar com o bispo”, pedir apoio. Tomamos uma posição de defesa, denunciando, publicamente, em todas as igrejas os maus tratos que a repressão praticava. Começamos em 1968-69, porém nos anos 1970-1971, com o governo Médici, foi o auge da repressão aqui.³¹

Os novos posicionamentos e as ações de integrantes do episcopado encontraram eco na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, institucionalizando-se. Dom Aloísio Lorscheider foi eleito secretário-geral da CNBB após o pleito de 1968 e, semelhante à experiência de seus predecessores, que no passado imputaram novas feições à entidade, trouxe renovação e uma posição mais crítica, embora ainda moderada, em relação ao regime militar. Paulatinamente, ocorreu uma mudança de posição por parte da Igreja, condicionando a opção definitiva pela defesa dos direitos humanos e pela denúncia das violações cometidas a esses mesmos direitos, através de suas declarações e de documentos oficiais.

Contudo, não podemos dizer que houve uma adesão completa do episcopado a essa nova postura chancelada pela CNBB. Afinal, não se deve perder de vista a complexidade das relações que envolvem a Igreja e as variadas formas de pensar e agir de seus membros. Com isso, chamamos atenção para a figura de dom Eugênio de Araújo Sales. A trajetória de dom Eugênio, como homem da Igreja, é marcada por controvérsias e, talvez, seu envolvimento na luta pelos direitos humanos seja o ponto mais controvertido. Considerado autoritário, conservador e

³⁰ Em novembro de 1967, após quatro jovens ligados à diocese de Volta Redonda serem presos por distribuírem panfletos sobre carestia, a residência episcopal foi invadida por forças policiais em busca de materiais subversivos. Dom Waldyr foi ao quartel para tomar conhecimento da situação dos rapazes e acabou mantido ali por várias horas sem poder falar com os jovens. Cf. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório Volume II: textos temáticos**. Brasília: CNV, 2014. p. 165.

³¹ Entrevista realizada com dom Waldyr Calheiros, entre abril e setembro de 1980, por Helena Salem. SALEM, Helena, *op. cit.*, p. 120.

anticomunista, é também lembrado pelo bom relacionamento com os militares durante a ditadura, sobretudo no período em que esteve à frente da Arquidiocese do Rio de Janeiro, coincidindo com os anos de maior repressão. Essa proximidade com o alto escalão do regime atraía a desconfiança de setores considerados mais progressistas dentro do clero brasileiro. Contudo, a seu modo – polêmico e questionável –, dom Eugênio aparece inserido na defesa dos direitos humanos.³² Um dos seus mais importantes trabalhos realizados neste campo foi a implementação do projeto pioneiro de atendimento sistematizado aos refugiados das ditaduras do Cone Sul através da Cáritas Arquidiocesana, a partir de 1976.³³ Sobre este, comenta:

No meu gabinete tinha um crucifixo grande e rezei um pouco em pé. Pela lei do país, não podia fazer nada, não podia dar proteção a refugiados políticos, receber Montoneros e Tupamaros. Por outro lado, como um pastor, tinha o dever e a obrigação de atender, dentro das minhas possibilidades, a situação tão precária na qual eles se encontravam. Como brasileiro, não poderia assumir responsabilidades outras, principalmente envolvendo outros países. Mas, também, não podia me omitir como pastor. Esse era meu drama. Tudo girou em torno disso. Não houve qualquer motivação política. Resolvi assumir. Mas me senti obrigado a informar às autoridades. Liguei para o general Sylvio Frota, ministro do Exército, com quem convivi quando era comandante do I Exército, no Rio. Falei: “Se você receber comunicação de que comunistas estão abrigados no Palácio São Joaquim, de que estou protegendo comunistas, saiba que é verdade, eu sou o responsável”. Ele não disse nada, ficou calado, nunca reclamou.³⁴

O diálogo e a manutenção do bom relacionamento com o regime faziam parte dos métodos adotados por dom Eugênio:

Minha conduta era a seguinte: cuidava dos refugiados e, ao mesmo tempo, em todas as datas comemorativas da pátria, eu atendia ao convite das autoridades. Por exemplo, todo dia Sete de Setembro eu estava lá, com o governador e as autoridades militares. Nunca faltei às comemorações cívicas, até porque era minha obrigação como arcebispo. E as pessoas diziam: “mas é um governo ditatorial”. E eu dizia: “eu não sou um juiz, sou um pastor, dos bons e dos maus”. Isso foi o que possibilitou muitas dessas coisas. [...] Todas as vezes que precisava falar com o presidente e com outras pessoas, eles sabiam que não ia pedir para fazer uma coisa contra a lei do Brasil. Sabiam que eu ponderava. Aproveitava meu relacionamento para ponderar, mas não ia exigir as coisas. Deram-me uma condecoração do Exército, mas não fui receber. Era uma comenda. Disse que não iria receber. Os militares estavam presos uns aos outros, mas eu não estava preso a ninguém.³⁵

³² CAMPANHOLO, Bárbara Geromel. **Antes do refúgio**: a história não contada da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro. 2019. 248 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói. p. 159-156.

³³ CAMPANHOLO, Bárbara Geromel, *op. cit.*

³⁴ SALES, Dom Eugênio; ARNS, Dom Paulo Evaristo. A história não contada do refúgio no Brasil antes da Lei nº 9.474/97. In: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (Org.). **Refúgio no Brasil**: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010. p. 64.

³⁵ *Ibidem*, p. 64.

Pensando esse novo momento que a Igreja Católica vivia dentro da ditadura, um acontecimento que expõe justamente a complexidade e as contradições que lhes são próprias, sobretudo por revelar muito da sua relação com o governo dos generais, foi a formação da Comissão Bipartite.³⁶ Criada em um dos momentos mais delicados da crise que envolveu as duas instituições³⁷, a comissão foi um fórum secreto que reunia lideranças do episcopado e intelectuais católicos, chamados de Grupo Religioso, e homens da cúpula do regime e a ele ligados, nomeados como Grupo da Situação. Sua missão principal era evitar a deterioração dessa relação através do debate sobre temas como a luta por justiça social praticada por militantes diversos, a repressão sobre eles recaída e a questão dos direitos humanos em sua amplitude. As reuniões da Comissão Bipartite ocorreram de novembro de 1970 a agosto de 1974, totalizando 24 encontros.

Um dos grandes méritos de Kenneth P. Serbin ao refletir sobre a Comissão é refutar a ideia, até então predominante, de que durante os anos mais duros da ditadura militar, conhecidos como “os anos de chumbo”, tivesse ocorrido uma ruptura entre Igreja Católica e Estado. Em outras palavras, Serbin nos mostra que, mesmo nos anos mais críticos e caracterizados pela mais dura repressão, apesar das denúncias públicas feitas pela CNBB e seus bispos mais progressistas contra a tortura e demais arbítrios, também nesse momento os diálogos com os representantes do governo não foram suprimidos. Ainda aí, havia o interesse de ambos os lados em manter a cordialidade e a “concordata moral” que por tantos anos orientou as relações entre Igreja e Estado.

A violência do regime, fosse ela direcionada à população em geral ou àqueles ligados à Igreja Católica,³⁸ perdurou até os momentos finais da ditadura. Contudo, o ano de 1978 trouxe, enfim, uma maior liberalização política dentro do processo de abertura proclamado por Geisel, como a rearticulação dos movimentos sociais e a reforma partidária. Nesse contexto, novos atores puderam reassumir suas lutas diversas e, comum a todos, manteve-se a defesa da liberdade por tanto tempo suprimida. Diante desse cenário, a Igreja Católica, sem mais precisar

³⁶ A Comissão Bipartite é o objeto de estudo do historiador norte-americano Kennet P. Serbin que deu origem ao seu livro “Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura”.

³⁷ Em setembro de 1970, a sede do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (Ibrades), no Rio de Janeiro, foi invadida pelo DOPS da Guanabara e pelo I Exército. Além da grande violência praticada pelos agentes envolvidos, dom Aloísio Lorscheider, então secretário-geral da CNBB, foi preso, juntamente com outros padres e religiosos, e mantido incomunicável por horas. O alto clero, através de seus cinco cardeais, se manifestou através de uma carta endereçada ao general Médici, então presidente, onde expressa sua desaprovação e inconformidade sobre o ocorrido e afirma a deterioração das relações entre Igreja e Estado. Para mais detalhes sobre o episódio, Cf. SERBIN, Kenneth P., *op. cit.*, capítulo 4.

³⁸ O sequestro do bispo de Nova Iguaçu, dom Adriano Hipólito, em 1976, por um grupo de extrema-direita, e o assassinato do padre João Bosco Burnier, missionário na prelazia de São Félix do Araguaia, no mesmo ano, são exemplos da continuidade da repressão mesmo em “tempos de transição”.

ser “a voz dos que não tem voz”, sai de cena, embora sem abandonar o palco, recuando em seu envolvimento com questões políticas e voltando-se, prioritariamente, à ação pastoral.

Sua atuação e seu legado na luta pelos direitos humanos durante a ditadura militar se consolidaram na memória sobre o período. Esta, apesar de dominante, não está isenta de inconstâncias e contradições. É sobre as operações de memória e, mais especificamente, sobre a construção memorialística da Igreja Católica brasileira no período que, de maneira breve, nos debruçaremos agora.

Dilemas da memória

Nossa análise demonstrou até aqui a existência de dois momentos distintos – embora dinâmicos e multiformes – na trajetória da Igreja Católica brasileira durante a ditadura militar que vigorou no país a partir de 1964. Resumidamente e sem nos atermos aos detalhes do processo já escrutinado, a instituição, através, principalmente, da CNBB – porta-voz da hierarquia eclesiástica –, teria transitado entre o entusiasmo e a legitimação do governo dos generais nos primeiros anos do novo regime e a crítica e a denúncia públicas, a partir da década de 1970 até a redemocratização, de seu modelo econômico e, sobretudo, das arbitrariedades e graves violações aos direitos humanos que cometeu. Foram a combatividade e oposição à ditadura e a defesa dos direitos humanos os elementos que sintetizaram a sua memória após consolidada a democracia. Nas palavras da historiadora Jessie Jane Vieira: “a memória institucional vencedora é a de que a Igreja, como um todo, foi contra a ditadura, defensora dos direitos humanos e o único espaço de atuação das oposições ao regime”.³⁹

A verdade por trás da afirmativa de Jessie Jane Vieira traz dilemas e desafios, pois, além do reducionismo que tal perspectiva engendra ao desconsiderar o viés avalizador e colaboracionista da instituição eclesiástica, “as memórias dos bispos considerados conservadores estão subsumidas a uma memória oficial, institucional, na qual a Igreja, como um todo, foi o protagonista heroico na resistência à ditadura”⁴⁰, conforme acrescenta Vieira. Anula-se, assim, a heterogeneidade tão presente no corpo eclesial e a complexidade das relações no interior da instituição católica. O entendimento oferecido por essa memória oficial reverberou na produção acadêmica sobre o tema, como nos esclarece o historiador Paulo César Gomes:

³⁹ VIEIRA, Jessie Jane. Impasses e controvérsias na construção da memória histórica da Igreja Católica no Brasil. **Passagens: Revista de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro: vol. 3, n. 2, maio/agosto 2011, p. 203-216, p. 206.

⁴⁰ VIEIRA, Jessie Jane, *op. cit.*

É inegável que a literatura sobre o tema, até a década de 1980, ficou marcada por sua simpatia pela “Igreja popular” e pelo oposicionismo de alguns de seus membros. O foco nas divergências, não apenas entre a instituição e os militares, mas também entre os bispos considerados progressistas e os conservadores, é, certamente, sua principal característica. Esse cenário só começou a se modificar a partir do processo de reestabelecimento do regime democrático, da crise que eliminou o predomínio acadêmico do marxismo, da liberação do acesso a documentos sigilosos do Estado autoritário e, sobretudo, do movimento, ainda bastante incipiente, de crítica à construção de memórias heroicizantes sobre o período. Memórias que tendem a reduzi-lo a um enfrentamento entre a ditadura que oprime e a sociedade que resiste, ignorando a complexidade daquele processo histórico e a variedade de matizes das diversas posições políticas em jogo.⁴¹

A memória é de fato um terreno movediço que impõe perícia àqueles que sobre ela se debruçam. Marcada por esquecimentos e silêncios, como nos alerta Michael Pollak⁴², ela é enquadrada, edificada através dos fatos que se escolhe rememorar e enaltecer e daqueles que se minimiza ou apenas se cala. Trata-se de uma construção social e, por assim ser,

Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias.⁴³

Dito de outra forma, significa estarmos atentos aos elementos variados que as conformam, entendendo-os como chaves, inclusive, para o destravamento de memórias subjazidas às quais se convencionou chamar de “oficiais”.

Em artigo intitulado “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória”, o historiador Daniel Aarão Reis nos incita a refletir sobre a memória coletiva da ditadura militar brasileira, delineada no processo de redemocratização e prevalecente em tempos democráticos. Tal memória apresenta uma sociedade que se empenhou em restabelecer a ordem democrática em um país atravessado pela experiência ditatorial, “esquecendo-se” que nela grupos diversos ofereceram seu apoio ao golpe e respaldaram o regime dele emergente. Um dentre tantos, a Igreja Católica que, segundo Aarão, “mudara radicalmente de lado, substituindo a bênção aos militares pela condenação ao *capitalismo selvagem*, à tortura e ao arbítrio”.⁴⁴ Embora possamos

⁴¹ GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar (1971-1980): a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014. p. 21.

⁴² POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v.2, n.3, 1989, p. 03-15.

⁴³ *Ibidem*, p. 4.

⁴⁴ REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. São Paulo: Edusc, 2004. p. 44.

repensar a ideia de uma “mudança radical”, por compreender a complexidade do processo e as disputas em jogo, importa-nos o movimento de transformação, a adesão quase unívoca aos valores democráticos e a motivação para tudo isso. Para Aarão, a explicação pode ser encontrada na própria sociedade e nos traumatismos adquiridos nas experiências atravessadas: “Sempre quando os povos transitam de uma fase para a outra da história, e quando a seguinte rejeita taxativamente a anterior, há problemas de memória, resolvidos por reconstruções mais ou menos elaboradas, quando não pelo puro e simples esquecimento”.⁴⁵

O contexto atual, onde setores clamam por intervenção militar, parece contradizer as considerações de Aarão, mas para um Brasil que vivia um autoritarismo questionado internacionalmente e rejeitado internamente, e que trilhava seu caminho rumo à redemocratização, as operações de memória trabalharam pelo esquecimento de um período doloroso, que representava o retrocesso e a barbárie. E assim, ainda nas palavras de Aarão: “A nação que construiu a ditadura absolveu-se e reconstruiu-se como uma nação democrática, reconciliando-se, reconciliada [...]”.⁴⁶

Considerações Finais

O presente artigo procurou evidenciar os diferentes momentos que marcaram a relação entre a Igreja Católica e o regime militar, e, assim, compreender o papel que a hierarquia eclesiástica exerceu durante a ditadura brasileira. Nossa análise identificou e centrou-se em dois momentos principais marcados por posicionamentos contrastantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entidade de maior autoridade e representatividade da Igreja Católica no país. O primeiro, localizado cronologicamente desde o golpe até os anos 1968 e 1969, seria então marcado pelo alinhamento entre Igreja e Estado e pela legitimação do regime. O segundo, estabelecido de 1968/1969 até meados da década de 1980, se caracterizaria pelas críticas ao governo e pela denúncia da repressão por ele praticada. É nesse momento, então, que se fala na opção definitiva da hierarquia eclesiástica pela justiça social e, principalmente, pelos direitos humanos.

Mas, ao contrário do que poderíamos supor, tais momentos não são estanques e rígidos. Cada um deles apresenta suas particularidades que estão indubitavelmente associadas à complexidade característica da instituição eclesiástica. Nesse sentido, ainda que em cada um exista um posicionamento que se deseje unívoco – como é o caso da CNBB –, ele não o é na prática. Percebemos isso na postura combativa de alguns padres e bispos pouco antes e

⁴⁵ *Ibidem*, p. 49.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 50.

imediatamente depois de deflagrado o golpe de 1964 e pela existência de um canal de comunicação entre Igreja e Estado – a Comissão Bipartite – quando se acreditava no rompimento entre as duas instituições.

Dito isso, nossas primeiras considerações visam esclarecer que as mudanças por que passou a Igreja Católica ao longo da ditadura militar fazem parte de um processo gradual, não uniforme e simultâneo e, por isso, repleto de contradições, controvérsias.

Considerações derradeiras, aqui apresentadas apenas de forma preliminar em função da complexidade que envolvem os processos mnemônicos, versam sobre as memórias que se constituíram sobre o papel desempenhado pela Igreja Católica no período em questão. A predominância de uma memória que privilegiou a postura opositora e *resistente* da instituição em relação à ditadura, embora revista nas últimas décadas através da recuperação de novos personagens, fatos e discursos, nos impele, justamente, ao movimento de estudo e pesquisa sobre os processos que a conformaram, tal como nos orienta Pollack em citação feita acima. Compreender isso é também compreender os estigmas do período e a relação da sociedade como um todo com o passado recente brasileiro.

Referências bibliográficas

- ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- AMARAL, Roniere Ribeiro do. **Milagre político: catolicismo da libertação**. 2006. 333 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, Brasília.
- ANDRADE, Ana Célia Navarro de. **Inventário do fundo Clamor**. Organização e descrição do Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul. 2000. Dissertação (Mestrado em História). FFLCH/USP, São Paulo.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório Volume II: textos temáticos**. Brasília: CNV, 2014. 416 p.
- CAMPANHOLO, Bárbara Geromel. **Antes do refúgio: a história não contada da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro**. 2019. 248 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- CANCIAN, Renato. Conflito Igreja-Estado no período da ditadura militar: revisitando aspectos teóricos das abordagens institucionais. **REVISTA ANGELUS NOVUS**, v. 11, p. 99-120, 2016.
- COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS; INSTITUTO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DO ESTADO; GRUPO TORTURA NUNCA MAIS (RJ e PE). **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995. 444 p.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960- 1970)”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida

Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007. p. 93-131.

FESTER, Antonio Carlos Ribeiro. **Justiça e Paz**: memórias da Comissão de São Paulo. São Paulo: Loyola, 2005.

FRAGA, Guilherme Barboza de. **Clamores contra as ditaduras do Cone Sul**: o grupo Clamor e a solidariedade em defesa dos perseguidos políticos e seus familiares. 2020. 227 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar (1971-1980)**: a visão da espionagem. Rio de Janeiro: Record, 2014.

LIMA, Samarone. **Clamor**: a vitória de uma conspiração brasileira. Objetiva: Rio de Janeiro, 2003.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARTINS, Edilson. **Nós, do Araguaia**: Dom Pedro Casaldáliga, o bispo da teimosia e liberdade. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MOREL, Edmar. **O golpe começou em Washington**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v.2, n.3, 1989, p. 03-15.

PRESOT, Aline Alves. **As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 64**. 151 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

QUADRAT, Samantha Viz. **A repressão sem fronteiras**: perseguição e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul. 2005. 223 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar**: 40 anos depois (1964-2004). São Paulo: Edusc, 2004. p. 29-52.

ROCHA, Jan. **Solidariedade não tem fronteiras**: a história do grupo Clamor, que acolheu refugiados das ditaduras sul-americanas e denunciou os crimes do Plano Condor. São Paulo: Outras Expressões, 2018.

SALEM, Helena. **A Igreja dos oprimidos**. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1981.

SALES, Dom Eugênio; ARNS, Dom Paulo Evaristo. A história não contada do refúgio no Brasil antes da Lei nº 9.474/97. In: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (Org.). **Refúgio no Brasil**: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010. p. 60-69.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sobra**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VIEIRA, Jessie Jane. Impasses e controvérsias na construção da memória histórica da Igreja Católica no Brasil. **Passagens: Revista de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro: vol. 3, n. 2, maio/agosto 2011, p. 203-216.